

“E assim fomos puxando o fio”

CÉLIO TURINO

JUAN BRIZUELA

ALEXANDRE BARBALHO

Graduado e mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas, Célio Turino tem uma longa trajetória como gestor público de cultura. Foi secretário municipal de Cultura de Campinas (1990 a 1992), diretor do Departamento de Programas de Lazer na Secretaria de Esportes, na gestão de Marta Suplicy em São Paulo, e secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (MinC) entre 2004 e 2010, quando ajudou a conceber e implantou o Programa Cultura Viva (PCV) e a ação dos Pontos de cultura (PCs), que se espalharam por todo o país, estabelecendo uma relação direta entre Estado e sociedade civil; entre gestão pública e artistas de milhares de municípios brasileiros.

O PCV e os PCs podem ser considerados como paradigmáticos da política cultural brasileira estabelecida a partir do primeiro governo Lula, sob liderança do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Lançado em julho de 2004, o PCV se configura como política estruturante – tanto que foi promulgada a Lei 13.018 em julho de 2014, criando a Política Nacional de Cultura Viva – e apresenta um formato arrojado ao eleger como público alvo parcelas da sociedade brasileira que historicamente ficaram à margem das políticas culturais, a partir de uma concepção ampla de cultura, privilegiando sua dimensão comunitária, popular e participativa. Pensado como uma política de continuidade, seu intuito principal era articular a atuação governamental com experiências político-culturais já existentes na sociedade – que passariam a ser nomeados de PCs – buscando, dessa forma, criar um ambiente propício à cidadania e valorizando a cultura produzida em cada localidade.

Ao longo da sua execução, o PCV e os PCs consolidaram um movimento social e uma rede nacional em uma experiência de política cultural inédita no Brasil, que buscou conectar e dar nome

Entrevista concedida por vídeo- chamada a Juan Brizuela e Alexandre Barbalho em 05 de fevereiro de 2021.

a diversas entidades artísticas e culturais e que batizou e alimentou um movimento sociocultural, como é o Cultura Viva. Com a sua circulação por meio do que Elodie Bordat-Chauvin (2020) chamou de “cenas transnacionais de encontro de atores institucionais”, e, dessa forma, com a contribuição de outros países latino-americanos, o PCV terminará virando o “Cultura Viva Comunitária”, ao ser instituído, por exemplo, na Argentina, Peru, Colômbia e Costa Rica.

Célio Turino se tornou a imagem pública do PCV e narrou sua experiência à frente do programa no livro *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*, publicado em 2009. O processo de “latino-americanização” dos PCs é o tema da mais recente obra de Turino, lançado em 2020: *Por todos os caminhos: Pontos de cultura na América Latina*. E esse é também o foco central da entrevista que segue. O fio que tece nossa conversa.

Juan Brizuela

Célio, no seu livro *Pontos de cultura: o Brasil de baixo para cima* de 2009, aparece a internacionalização dos pontos de uma forma muito diferente do que aconteceu efetivamente depois. Percebemos que, a partir do ano de 2009 e até o primeiro congresso da Cultura Viva Comunitária (CVC) em 2013, consolidam-se e sedimentam-se as bases do movimento no contexto latino-americano. A pergunta seria, até 2009, você tinha relação com outros intelectuais, líderes ou gestores da América Latina? Como era a sua relação com a América Latina até então?

Célio Turino

Até 2009, não havia a intenção nem a pretensão de que a política pública da Cultura Viva e dos Pontos de cultura fosse adotada por governos de outros países. Havia os Pontos de cultura no exterior, mas como espaço para brasileiros emigrados, em uma relação direta com o governo brasileiro, isso desde 2005, mas não no sentido que aconteceu a partir de 2011. Inclusive, eu fui um secretário que viajou muito pouco para fora do Brasil; fiz algumas viagens para Europa e Estados Unidos quando houve a implantação dos Pontos de cultura no exterior, junto a comunidades de brasileiros, talvez também a uns dois congressos internacionais de cultura, nada além disso.

A proposta de Pontos de cultura para comunidades de brasileiros fora do país, de emigrantes, foi uma sugestão do presidente Lula. No final de 2004, eu, Gilberto Gil, então ministro, Juca Ferreira e mais algumas pessoas da equipe que trabalhava comigo, fomos apresentar o programa Cultura Viva para o presidente Lula e o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Era outubro ou novembro de 2004. Cabe ressaltar que o projeto de descentralização cultural que o presidente Lula queria era outro: as BACs, Bases de Apoio à Cultura (umas construções de pequenos centros culturais pré-moldados nas periferias das grandes cidades). Não cabe entrar em detalhes, mas o projeto das BACs havia gerado uma crise, com a saída do secretário encarregado e outros dirigentes do MinC, isso em dezembro de 2003, e eu nem trabalhava no Ministério. Quando posteriormente fui convidado para trabalhar no MinC, foi exatamente para ocupar a função do secretário que saíra na SPPC – Secretaria de Programas e Projetos Culturais, em junho de 2004. Enfim, a agenda com o presidente da República era muito importante, porque teríamos que demonstrar a razão de o programa Cultura Viva, mesmo que já em andamento, substituir o projeto das construções dos centros culturais pré-moldados, algo muito mais vistoso, porque implicava em obras físicas, inaugurações, marco de referência, e o Ponto de Cultura é mais intangível, um conceito, que não resulta em inauguração, até porque a proposta é de potencializar aquilo que já existe, que já é realizado pelas comunidades. Felizmente fomos convincentes, o presidente compreendeu o sentido, concordou com o programa e não fez nenhuma observação geral, dando aval para que prosseguíssemos. A única observação que ele fez, e que prontamente acatamos, foi: “não esqueçam dos brasileiros que vivem fora do Brasil, dos emigrantes, eu fui migrante em meu país e sei o que é estar longe de casa”.

Com isso incorporamos uma nova ação ao programa Cultura Viva: os Pontos de cultura no exterior. Já em 2005 inauguramos o primeiro deles, na França, por ocasião do evento “Ano do Brasil na França”, um grande evento da cultura brasileira naquele país e que estava a cargo do Ministério da Cultura. A Universidade Paris X – Nanterre foi a executora formal, mas a gestão estava a cargo de brasileiros residindo na França, muitos estudantes, músicos e

mestres de capoeira. Depois, em 2006, abrimos vários nos Estados Unidos, com comunidades de brasileiros. Quase como em uma turnê, eu, Gil e representantes dos consulados brasileiros, seguimos de Nova York até Boston, passando por Connecticut, quando inauguramos um Ponto de Cultura, também a doação de um grande acervo de livros de autores brasileiros para a biblioteca do município, infelizmente não recordo o nome da cidade, mas Main Street mais parecia a rua principal de uma cidade do interior de Minas ou Goiás, na cidade havia dois jornais editados em português. Também fomos à Califórnia, São Francisco, Oakland, e, claro, à Flórida. Várias dessas reuniões e inaugurações eu fiz junto com Gilberto Gil e ele sempre terminava com alguma “canja” musical, no que o público aplaudia muito; por vezes eu ia sozinho. Lembro de um encontro muito emocionante na academia de capoeira do mestre João Grande, e reconhecida como Ponto de Cultura, em um bairro distante na cidade de Nova York, quando ele disse que aquela era a primeira vez que o trabalho dele estava sendo reconhecido pelo governo do Brasil. As academias de capoeira são verdadeiras embaixadas culturais do Brasil espalhadas pelo mundo, em torno das quais muitos nativos de outros países se iniciam em nossa cultura e idioma; são milhares espalhadas pelo mundo, em trabalho sensível e anônimo, realizado por brasileiros e brasileiras de origem popular e humilde. Depois também houve a abertura de um Ponto de Cultura em Viena, na Áustria, que funciona até hoje, o início de tratativas para Pontos de cultura em Portugal e Japão, mas que não prosperaram, pois à época eu já estava de saída do ministério e não houve continuidade.

Alexandre Barbalho

Mas chegava a se constituir um Ponto de Cultura ou era uma presença do MinC no meio dessa comunidade, como é que era isso? Eu vi algum depoimento seu que você dizia exatamente que essas experiências não prosperam pela dificuldade do Brasil de enviar dinheiro para o exterior. O que de fato aconteceu?

Célio Turino

Sim, houve muitos problemas com a efetivação na transferência dos recursos, que deveria passar pelo Itamaraty, via embaixadas e consulados. Era o mesmo valor, na época, 24 mil dólares ao ano para cada Ponto de Cultura; os convênios tinham a mesma duração do Brasil, 3 anos. Recordo que repassamos bem para o da França, Flórida, também Boston, San Francisco, esses foram mais facilitados porque houve mediação via universidades (Harvard e Berkley) e um centro cultural em Fort Lauderdale, na Flórida. Justamente com os de capoeira houve dificuldade, por conta da personalidade jurídica, na transferência por parte dos consulados, infelizmente. Daí a solução foi reconhecê-los como Ponto de Cultura e essas organizações comunitárias se assumiam como tal, o que lhes garantia um respaldo institucional, mas sem transferência de recursos, com algum apoio informal, como passagens para alguma atividade de intercâmbio, vinda para as Teias dos Pontos de cultura no Brasil, alguns apoios, o que era de valia, porque o status e legitimação dessas organizações comunitárias montadas por brasileiros residentes no exterior se elevava bastante.

Alexandre Barbalho

Só que essa história não está contada. Eu, pelo menos, não vi referência dessa experiência internacional. Da América Latina já tem muita coisa, mas dessa experiência não, confere?

Célio Turino

O fato é que essa ação não prosperou depois que eu saí do Ministério, em 2010, não havendo continuidade. Houve uma professora da Universidade de Berkeley, Califórnia, Candacy Slater, que realizou um intenso intercâmbio entre alunos lá de Berkeley e Pontos de cultura no Brasil, sobretudo para o nordeste Brasileiro, mais ainda no Cariri, daí devem ter saído bons trabalhos, inclusive acadêmicos, talvez teses, vale um dia verificar. Também entre o Ponto de Cultura em Paris e o Nordeste, não recordo o nome da professora da Paris X – Nanterre, mas ela também promoveu um intenso intercâmbio, aliás, esse foi o primeiro Ponto de Cultura, no exterior. Lembro que havia dificuldade na transferência de

recursos, mas conseguimos efetivar as três parcelas, também conseguimos duas bolsas junto ao Itamaraty para estudantes brasileiros, destacados exclusivamente para cuidarem do Ponto de Cultura. Era muito trabalho, e de certa forma, custo, para um retorno lento, digo isso do ponto de vista de “planilhadores”, desses que há em todos os governos.

A transferência de recursos era quase uma operação de guerra, as prestações de conta, mas asseguro que o resultado foi muito positivo, mesmo em pequena escala e essa história merecia ser melhor contada, até porque, se tivesse havido continuidade, creio que a relação da cultura brasileira com as comunidades de emigrantes estaria em outro patamar. A Candacy Slater, inclusive, participou de uma TEIA de 2006 que houve na Bienal de São Paulo, trouxe os alunos dela e não só norte-americanos. Foi algo muito sólido. O fundamental foi isso e foram esses, mas com o espalhamento de que o MinC tinha uma ação para brasileiros vivendo no exterior, houve muitas propostas de entidades de brasileiros querendo se tornar Ponto de Cultura, a maioria nem fazia questão do recurso, o que lhes importava era o reconhecimento como Ponto e a articulação com os demais, em rede. O de Viena funciona bem até hoje, nunca recebeu recurso, pelo menos enquanto eu estava no governo.

Outra ação internacional que nós fizemos foi com o Prêmio Interações Estéticas na Inglaterra; quinze artistas ingleses vieram para Pontos de cultura no Brasil e depois esses mesmos Pontos enviaram representantes para intercâmbio na Inglaterra. Foi uma ação que resultou em muitos frutos, prolongando-se por anos. Eu, já não estava mais Secretário de Cidadania Cultural, era no fim de 2010, mas o organizador desse intercâmbio pela Inglaterra, o professor Paul Heritage, da Universidade de Londres, fez questão de me convidar e financiar minha estada para que eu pudesse acompanhar os resultados. Foi realmente algo muito significativo para ambas as partes, seja do ponto de vista da criação artística, seja nas relações de afeto e difusão da política pública.

Com a América Latina, houve três momentos que foram importantes e abriram caminho. O principal deles foi o Congresso Ibero-Americano de Cultura, realizado pela SEGIB (Secretaria Geral dos

Estados Ibero-americanos) e coube ao Brasil sediá-lo em São Paulo (outubro de 2009). A organização ficou a cargo da secretaria que eu dirigia e buscamos o Sesc de São Paulo como parceiro. O tema foi Cultura e Transformação Social: foi a primeira vez que pudemos apresentar em profundidade a teoria, conceitos e trabalho com o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, isso para um público de quase duas dezenas de países, entre agentes de Estado, estudiosos, artistas e animadores culturais.

Em meu entendimento, o que desencadeou a rede Movimento Latino-americano pela Cultura Viva Comunitária – no meu último livro falo sobre isso no epílogo “Quixotes” (é a primeira vez que eu trato disso) – foi a partir da montagem do espetáculo Quixote, preparado para o Congresso. Foi uma proposta ousada, apresentada pelo Ponto de Cultura Pombas Urbanas, da Cidade Tiradentes, extrema periferia na zona leste de São Paulo, e que acolhi imediatamente. A ideia era convidar artistas de teatro comunitário em treze países da América Latina para que representassem cada qual uma cena do Quixote. Uma obra de um dramaturgo de Bogotá, a ser dirigida por um diretor de teatro cubano. Cada país deveria ensaiar previamente seu Sancho Pança e seu Dom Quixote, com características locais e se juntariam no Brasil, para ensaio coletivo. Foi custosa e, inclusive, sofri muita crítica por isso. Entre passagens e manutenção dos artistas no Brasil, por quinze dias, custou quase US\$ 200 mil. As apresentações seriam no Sesc Pompeia, ao final do Congresso. Mas o efeito desta ação não pode ser entendido apenas do ponto de vista da realização da peça em si e sim pela vivência proporcionada entre noventa artistas e agentes culturais da América Latina, os vínculos de afeto, confiança, criatividade que foram gerados ao permanecerem em imersão artística durante duas semanas em um Ponto de Cultura na periferia de São Paulo, em realidade bastante semelhante ao do país de origem de cada participante. Vale a pena aprofundar essa gênese, ao meu ver, essa foi a semente deste movimento continental que é a Cultura Viva Comunitária, regado na periferia de São Paulo, a duas horas do centro. Foi lá que se consolidou o entendimento sobre o conceito de Ponto de Cultura e da Cultura Viva, que depois se espalhou através desses agentes culturais ao regressarem aos seus países.

Antes do Congresso Ibero-americano de Cultura, ocorreu o Fórum Social Mundial (FSM), em Belém, na Amazônia, em janeiro de 2009. No FSM houve um encontro da rede “Arte para a Transformação Social”. Em meu livro, *Por todos os caminhos*, eu dedico várias histórias aos formadores da rede Arte para a Transformação Social, como Inés Sanguinetti, Jorge Blandón e uma turma que estão juntos até hoje. Hoje tenho uma relação de amizade e vínculos com eles que é muito forte. Eu estava no Fórum, como secretário da cidadania cultural e eles me convidaram para diálogo, foi quando aconteceu o primeiro cruzamento entre as duas propostas. Eles estavam a iniciar um programa, chamado “Plataforma Puente” e haveria um encontro em Medellín, Colômbia, para 2010. À época eu não pude participar, mas foi no encontro em Medellín que resolveram fundir o movimento Plataforma Puente com a Cultura Viva, pouco adiante fixando o nome em Cultura Viva Comunitária.

Um terceiro momento dessa gênese da aproximação com a América Latina, muito importante, foi quando eu estava de saída do MinC, inclusive, na IV Teia dos Pontos de Cultura, em março de 2010, no centro cultural Dragão do Mar. Para essa Teia enviamos convites e passagem para muitos representantes de movimentos comunitários de cultura na América Latina, outros vieram por conta. Foi uma explosão de sentidos, ali era o ápice do programa no Brasil, já estávamos com mais de três mil Pontos de Cultura, reunimos cinco/seis mil pessoas de todo o Brasil: indígenas, jovens da cultura digital, os mais diversos grupos de cultura popular, urbana, universitários, camponeses, um caldeirão de cultura. Os convidados de outros países da América Latina eram uns 30 e fizeram um encontro dentro da Teia, foi quando a germinação brotou. Não se pode dizer que foi algo espontâneo, houve intenção, a ação do governo brasileiro em incentivar e impulsionar o encontro, mas também não foi algo preestabelecido, com pauta específica, e sim uma profusão de sensações, percepções, reflexões, em que o ambiente afetava cada um dos presentes. Eles viram algo fantástico acontecendo, eu lembro de vários chorando, de uma vereadora pela cidade de Lima, Peru, a Lula Martinez, dizendo que nunca havia presenciado um encontro de cultura com

aquela força, nenhum governo abraçava a cultura das comunidades daquela forma.

Foram esses quatro momentos, pela ordem, o encontro no Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, o Congresso Ibero-americano de Cultura da SEGIB, em São Paulo, e a Teia de Fortaleza, também o encontro da Plataforma Puente, em Medellín. Até então, por haver me concentrado na implantação da Cultura Viva e dos Pontos de cultura no Brasil, viajei três vezes pela América Latina na condição de autoridade de governo: para o México, El Salvador e Argentina, e em contatos mais oficiais. O contato direto com a base da cultura comunitária na América Latina se deu a partir desses momentos que relato.

Alexandre Barbalho

Mas Célio, na sua trajetória de militância partidária de esquerda, e como gestor cultural anteriormente em Campinas, você nunca tinha estabelecido essa relação com a América Latina? Nunca tinha aparecido essa oportunidade?

Célio Turino

Não, não. Relato o processo tal qual ele se deu. Mas depois aí já muda de figura. Quando eu saí do governo, pra mim foi um paradoxo, porque houve uma virada. Escrevi um artigo sobre isso, há alguns anos “O desmonte do programa Cultura Viva sob o governo Dilma”. Vivi um paradoxo: enquanto aqui no Brasil o governo federal combatia, atacava e perseguia os Pontos de cultura e o Programa Cultura Viva, e a mim, como idealizador responsável pela implantação e principal referência, isso em 2011, 2012 e anos seguintes. Foi muito pesada a virada, uma mudança de 180 graus, que afetou a mim e centenas, talvez milhares de gestores de Pontos de cultura em todo o Brasil. O programa era mantido formalmente, até elogiado, mas na prática foi havendo um estrangulamento, todas as ações foram interrompidas e canceladas, bolsas para agentes jovens e grãos em Pontos de Cultura, editais específicos para cultura lúdica e infantil, economia viva, cultura digital e os princípios do software livre, interações estéticas, cultura e saúde, o Prêmio Cultura Viva. Foi um desmonte, só mantiveram a ação

para os Pontos de Cultura, que era uma ação do programa Cultura Viva, fundamental, por sedimentar o programa nos territórios, mas que dependia da dinâmica das demais ações; e mesmo na relação com os Pontos de Cultura, praticamente sem repasse de recursos desde então. É difícil até compreender, porque deveria ter sido um governo de continuidade política, mas foi o que aconteceu, infelizmente. Foi um tormento, confesso que a partir de 2011 houve muito assédio moral e perseguição, por parte de agentes do governo, contra os Pontos de cultura e a mim, foram anos nessa situação, por incrível que pareça. Um dia gostaria de tratar essa história com alguém, mas não vem ao caso agora.

Ao mesmo tempo em que essa situação estava acontecendo no Brasil, abria-se um mundo para a Cultura Viva fora do país. Na Europa, lancei um livro no Reino Unido, foi o Paul (Heritage) que organizou a edição, via Fundação Gulbenkian. Fui para o lançamento do livro e dei várias palestras em 2014. Mas, na América Latina foi a partir daqueles momentos; puxando de memória, em 2010, em dezembro, e eu não estava no governo, fui convidado para ir a Buenos Aires para reuniões com senadores e deputados argentinos para apresentar a lei da Cultura Viva Comunitária. Nesse contexto nós fizemos uma passeata na praça de maio (Buenos Aires, Argentina) em dezembro de 2010 com quinhentas pessoas, organizada pelo Eduardo Balán e a Inés Sanguinetti, foi muito significativo, demonstrando como a ideia ia ganhando força na base.

Pouco antes, através do pessoal da Arte pela Transformação Social e a Iara Pietricovsky do Inesc, de Brasília, que é uma ONG que faz mobilizações sociais para aprovação de leis; eles articularam uma lei autorizativa no parlamento do Mercosul e a primeira lei de Cultura Viva Comunitária foi aprovada em Montevidéu em 2010, mais de caráter simbólico, porque sem efeito vinculante nos países, mas algo bem significativo. Logo em seguida, as articulações e reuniões para a lei no Parlamento da Argentina. Com efetividade, a primeira lei a ser aprovada e ter efeito direto, foi em Medellín (Colômbia), creio que em junho de 2011 e eu fui convidado a participar tanto de encontros preparatórios, como no dia

da aprovação na câmara dos vereadores. Depois veio a de Lima (Peru), fruto de iniciativa da vereadora Lula Martinez, que esteve na Teia em Fortaleza – no meio disso ela esteve em São Paulo e nos encontramos para afinar a proposta. E assim fomos puxando o fio. Novos países, em uma combinação entre movimento e articulação institucional até culminar em 2013, o ano da consolidação do movimento.

Houve dois marcos importantes, eu diria, nesse período inicial de expansão da Cultura Viva pela América Latina: a) Primeiro Congresso latino-americano da Cultura Viva, em La Paz (Bolívia) em 2013; b) VI Congresso Ibero-americano de Cultura, realizado pela SEGIB na Costa Rica, em 2014, com tema exclusivo em Cultura Viva Comunitária – é quando surge o Programa Plurinacional IberCulturaViva, envolvendo o conjunto dos Estados que segue até hoje, com muito êxito.

O Congresso Latino Americano em La Paz foi um estrondo. Houve apoio institucional e de estrutura dos governos da Bolívia e da cidade de La Paz, mas essencialmente foi um congresso autogestionado. Em termos de dinheiro efetivo, realizamos o evento com US\$ 35 mil, isso para um congresso com afluência de 1.300 pessoas, de dezessete países. Como foi possível... Claro que custou muito mais, caso todas as despesas fossem contabilizadas (viagens, hospedagens para além dos abrigos coletivos, etc.), mas como recurso centralizado, foi isso. Tal feito só foi possível graças à profunda articulação em rede, a engenharia comunitária, e também o câmbio na Bolívia, que favorece. O fato é que aconteceu e em La Paz, no coração da América do Sul, no topo do mundo a quase 4.000 metros de altitude – o movimento latino-americano Cultura Viva Comunitária brotou com toda a sua força. Com o IberCulturaViva, da SEGIB, até hoje há curso de pós-graduação em gestão comunitária em parceria com a Flacso, assim como vários pequenos editais de fomento à Cultura Viva nas comunidades, seja mapeamento tecitura de redes ou audiovisual. Em paralelo, países assumindo o programa. Na Argentina o programa é muito sólido, tem mais de mil pontos.

Alexandre Barbalho

Esses são países que têm a política pública de fato? Não é só a junção dos movimentos comunitários, há construção de política pública cultural no Estado?

Célio Turino

Sim. Pode ser que fuja algum país, mas Argentina tem; Uruguai tem, especificamente no município de Montevideo; Peru tem, o Ministério da Cultura mesmo mudando com essas trocas de governo tem mantido em Lima também; na Colômbia teve em Bogotá, mas depois mudou o governo e creio que não continuou, tem em Medellín; no Panamá é bem sólido, primeiro na cidade do Panamá e agora que a esquerda ganhou o governo nacional, também tem a Cultura Viva no país; tem na Costa Rica; em El Salvador; na Guatemala e no México ainda não é uma política do governo nacional, ao menos até antes da pandemia, mas é na Cidade do México e em várias outras cidades; no Chile também em alguns lugares. Hoje se criou uma relação muito amigável com todos os que estão tocando a Cultura Viva nesses países, isso como política pública. Como movimento, em praticamente todos os países da América Latina. Já houve quatro congressos latino-americanos. Acho que isso seria o resumo.

Juan Brizuela

Célio, até outubro de 2010 que você esteve no MinC, não parecia que tinha uma relação institucional com outros países ou com outras cidades, era mais com as organizações diretamente. Eu entendi corretamente?

Célio Turino

Correto. Tirando o convênio que nós fizemos com o Reino Unido, já bem institucional, mas que aconteceu só uma edição, conforme eu relatei. A ideia com “Interações estéticas” era fazer o mesmo intercâmbio com outros países, mas só foi feito uma edição com a Inglaterra. A execução foi via Funarte, mas com projeto e recurso da Secretaria de Cidadania Cultural que eu dirigia: primeiro negociávamos o acordo e depois transferíamos valores, mas

quem executava era a Funarte. A relação institucional com demais países só começou depois. Veja, quando eu estava falando desse paradoxo que eu vivi, em boa parte dos países que eu era convidado, já na condição de ex-secretário, nos primeiros quatro ou cinco anos eu era recebido ou por ministros ou presidentes da república; o corpo diplomático brasileiro, em diversos países, me acompanhava e me recebia, mas eu não era do governo e tão somente um cidadão brasileiro. Normalmente era meio engraçado, era tudo na surpresa, porque o próprio diplomata e embaixadores nem conheciam o programa, mas aí vinha um pedido do governo do país para que eles me acompanhassem. Houve o lançamento do livro “Ponto de Cultura: Brasil debaixo pra cima”, que foi traduzido em vários países e sempre tinha um lançamento; por exemplo, na Bolívia o (García) Linera [vice-presidente boliviano] fez o prefácio. Em alguns lugares eram viagens que eu fazia de quinze dias, foi bom terapêuticamente. Com isso o programa ganhou uma dimensão, a partir dessas viagens, mas sempre mobilização por baixo, pelos movimentos comunitários de cada país. O governo local entrava, mas sempre acionado pela base.

Juan Brizuela

Isso é curioso... Enquanto fenômeno da política pública, até nas dimensões das relações internacionais (a minha formação inicial é nessa área), sempre tem essa centralidade do Estado...

Célio Turino

Essa foi à inversa...

Juan Brizuela

...Depois começam as novas teorias falando de como isso é diferente com o papel das empresas, mas no geral aparecem grandes grupos econômicos ou grandes interesses. No caso daqui você tem pelo menos duas curiosidades: por um lado, o que você registra inicialmente são Pontos de cultura em outros países, mas que estavam centralizados no Brasil. Ou seja, não era uma política de transferência de tecnologia, vamos dizer, como se utiliza na Universidade. Embora, de alguma forma, depois termina sendo isso...

Célio Turino

É, foi de uma forma mais orgânica, via redes comunitárias e de afeto, não foi via esses manuais de organismos internacionais.

Juan Brizuela

Claro, era justamente isso o que eu queria saber, até 2010 você não estava com essa ideia na cabeça, explicitamente, que essa política podia ser replicada. Em algum momento você chegou a formular que não apenas o MinC podia criar Pontos de cultura financiados pelo Brasil, mas que essa política podia ser aplicada diretamente por outros países?

Célio Turino

Eu até podia achar sim, percebia a potência da ideia, que independia de país; até porque ganhou muita escala no Brasil. Mas, não foi formulado explicitamente com a proposta de internacionalização, a vida que foi puxando. Quando houve o Congresso em São Paulo do IberCulturaViva, havia uma intenção em apresentar o projeto para o ambiente ibero-americano, ministros de quase todos os países estavam presentes, e assim fizemos. No começo, eu fiz a proposta que o tema do congresso fosse Cultura Viva, mas os outros países não concordaram, acharam que ficaria com muito foco em um programa do Brasil, por isso o tema foi Cultura e Transformação Social. Ou seja, naquele momento havia a intenção, mas via os governos, via Estados. Essa estratégia de baixo para cima, essa força comunitária foi pela vida mesmo que foi levando. E voltando, eu diria que o ponto fundador foi a montagem do Quixote, a peça com esse povo todo, artistas de 13 países, lá no bairro Cidade Tiradentes. Não que tenha sido a intenção prevista, de vamos trazer todo mundo aqui e depois vamos difundir a coisa, mas foi o que terminou acontecendo. Foram noventa pessoas de treze países diferentes, juntas durante quinze dias que produziram um espetáculo de teatro, e que era uma loucura. Eu fui criticado tanto pelo MinC quanto pela SEGIB pelo custo para montar uma peça para dois dias de apresentação. Mas o objetivo não era o espetáculo em si, era o movimento que desencadeou. Considero que foi um investimento que valeu muito a pena e rende frutos até hoje e além.

Juan Brizuela

Uma outra coisa que eu observei, um pouco dessa recapitulação realizada no seu primeiro livro quando você explica os Pontos de Cultura, você também compartilhava dois momentos anteriores de frustração sua, enquanto gestor. Nos anos 1980, quando nascem as ideias de Pontos de cultura, mas depois não é continuado; nos anos 1990, quando você assume a pasta em Campinas que, de novo, tem a proposta das casas de cultura, mas que finalizando a sua gestão isso não é continuado. E tem a sua saída em 2010 do MinC. Contudo, por fora do desgaste que houve com o MinC nos anos seguintes, teve a continuidade da política. Ou seja, justamente esses paradoxos que você sinaliza. Ainda mais, em 2011 foi o memorando de entendimento do Brasil com a Argentina, que é a própria ministra Ana de Hollanda que assina esse documento. Explicitamente, no primeiro ponto, se coloca que o governo da Argentina tinha interesse em incorporar e receber assistência técnica sobre a política dos Pontos de Cultura. No mesmo ano, em Medellín, teve também outro documento institucional, por lei, com esse ponto explícito. Quando apareciam essas relações entre países, com essa dimensão institucional, tampouco tinha uma conversação com você mais formal?

Célio Turino

Não. Aliás, o processo da Argentina eu que desencadeei junto com a Inés e o Balán. Houve a marcha pela Cultura Viva, em dezembro de 2010, depois os encontros com deputados, também com uma senadora. Assim aconteceu a articulação pela base. Depois, fui novamente à Argentina em março de 2011, em Mar del Plata, na volta a Buenos Aires, encontro com a Secretária de Cultura da Nação, com o ministro e altos funcionários foi quando preparamos o protocolo. Ocorre que essa articulação foi feita quando eu não estava no governo, estive lá como um pensador, um articulador de redes, fortalecendo os movimentos locais pela cultura viva comunitária. No entanto, quando o Ministério da Cultura do Brasil foi também convidado, os gestores fizeram a exigência de que eu não poderia estar presente. Foi um constrangimento e mediante a situação, acabei não viajando para aquela celebração. Neste

momento percebi, ou melhor, confirmei, que a conduta dos novos gestores do MinC seria outra em relação ao Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, e a mim, em particular. Mediante sua pergunta, é a primeira vez que relato sobre esse fato.

Alexandre Barbalho

No seu primeiro livro, você fala que uma política como o Programa Cultura Viva e uma ação como os Pontos de cultura só foi possível porque tinha o governo Lula no Brasil. Essa expansão dessa proposta pela América Latina tem a ver, também, com a conjuntura favorável da esquerda naquele momento? Você acha que existe essa conexão?

Célio Turino

Sim. Aliás, vale um estudo a respeito. O conceito da Cultura Viva foi se espalhando pela América Latina independente de orientações político-ideológicas dos governos, claro que não encontraria eco em governos de extrema-direita, mas mesmo em governos liberais como do Macri, que substituiu Cristina Kirchner, ele seguiu muito bem e até expandiu enquanto política pública, mantiveram, inclusive, a mesma equipe gestora do governo anterior, o que é um fato raro. No Peru, também. Em Lima, sim, o governo era de esquerda, mas no governo nacional, não. Os governos de Medellín não podem ser classificados como propriamente de esquerda, é uma realidade muito própria, lá são muito progressistas em políticas públicas locais, mas não propriamente de esquerda. Tampouco na Costa Rica... O único governo realmente de esquerda que encampou bem o programa Cultura Viva foi o de El Salvador com a FMLN, que tomou a iniciativa, enquanto partido, de levar a proposta da Cultura Viva para o país; na minha primeira viagem, fui para participar de um seminário de cultura organizado pela FMLN. Nos outros países não houve esse impulsionamento inicial propriamente partidário.

Eu tenho uma análise sobre o porquê disso. O único país, tirando o Caribe, do continente latino-americano que eu não viajei foi para a Venezuela. Até tive vários contatos, mas não pegou. Mesmo com Cuba houve convites, mas acabou não se concretizando. Qual é a minha análise? Ao menos em reflexão inicial.

O conceito da Cultura Viva tem um forte componente de cultura política emancipatória, isso é inegável e não é escondido. Nesse sentido, tem uma força ideológica calcada no protagonismo e da autonomia dos movimentos comunitários, mas para que isso aconteça é necessário abandonar a lógica do controle, das hierarquias e verticalismos. Porém, no caso da Cultura Viva, para que ela floresça de fato, é necessário haver predisposição para a perda do controle, pois quando o Estado e partidos políticos, também o mercado e outras instituições formais, perdem o controle, é sinal de que as comunidades assumiram o controle. A perda do controle é o indicativo do êxito do Programa. Mas reparem que a lógica dos partidos políticos é oposta a isso, pois, via de regra, pensam a partir da ideia centralizadora, dirigista, é uma forma de pensar que acontece até naturalmente, como se esse fosse o único caminho de vinculação aos movimentos, como uma correia de transmissão. Mesmo aqui no Brasil, com o PT, sinto que o problema que eu sofria não eram exatamente por eu ser filiado ao PCdoB, até porque sempre fui amplo, sem uma postura propriamente partidária, com pensamento bem independente, isso ao longo de toda minha militância; inclusive nos anos 1980 e início dos noventa, era militante do PT. Hoje, ideologicamente, eu me situo muito mais próximo de um pensamento do Bem Viver, do zapatismo, me localizaria muito mais nesse caminho. Mas, naquela época esse conceito e teoria do Bem Viver ainda não estava tão clara para mim, mas hoje percebo que Bem Viver e Cultura Viva são conceitos que se aproximam e se complementam, assim como a Cultura do Encontro, formulada pelo papa Francisco. Em todo caso, àquela época no MinC eu já saía do padrão de um militante partidário típico. Ou seja, tanto PT quanto PCdoB tiveram dificuldades em compreender e abraçar plenamente o Programa Cultura Viva, eles viam como algo inovador, importante, percebiam que na base deles muita gente defendia e falava bem, mas nunca compreenderam essa política pública nas dimensões autonomistas. Eu diria que o mesmo se aplica em relação aos ditos governos progressistas que houve na América Latina e que agora estão retornando em alguns países. No Equador houve muita dificuldade. Depois eu criei uma relação ótima com o Alberto Acosta, até prefaciei o livro

dele sobre o Bem Viver (2019). O Alberto Acosta foi o presidente da Assembleia Constituinte equatoriana e foi o economista que pensou a revolução cidadã, também ministro, porém, logo nos primeiros anos do governo de Rafael Correa eles romperam. Aliás, quando me identifico política e até pessoalmente com algumas pessoas que passaram por governos, normalmente são pessoas que foram se afastando do modelo tradicional. Acosta é um deles, outro é o Jorge Melguizo, que foi secretário de cultura cidadã e posteriormente de desenvolvimento social na cidade de Medellín, hoje queridos amigos e com grande convergência de pensamento e práticas. Para a política pública da Cultura Viva Comunitária dar certo plenamente, é preciso que os gestores públicos se predisponham a perder o controle, e isso não é muito fácil de acontecer e com isso é gerada uma tensão, mais que isso, uma contradição.

Alexandre Barbalho

E uma tensão, não é?

Célio Turino

Sim, uma tensão permanente. Antes havia a tensão natural com a burocracia de Estado, pois o Cultura Viva lançou novos paradigmas na relação entre Estado e Sociedade com a proposta da gestão compartilhada e transformadora, baseada no tripé: autonomia, protagonismo e empoderamento sociocultural. Porém, após 2011, o tecnocratismo exacerbou. Foi uma desconstrução muito grande, até contrataram o IPEA para fazer um redesenho do programa, enquadrando-o nos manuais de gestão desses organismos internacionais, tentando planilhar fluxos de vida, mas a vida é “implanilhável”; não à toa, o programa levava o nome de Cultura Viva. Mas o pensamento tecnocrático não conseguia alcançar essa dimensão, tanto que o proposto redesenho virou nada, tendo servido apenas para legitimar a desconstrução e interrupções de ações como Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde, Pontinhos para a cultura da infância, Economia Viva, etc. Não digo que foi apenas algo intencional, premeditado de desmonte, mas uma incapacidade e indisposição em compreender os conceitos, sobretudo pela perspectiva que o Programa propunha, de uma ação de baixo para

cima, em que o Estado dispõe e não impõe, pois o foco na seleção dos Pontos de cultura tem que estar sempre na potência das comunidades, não na carência.

Essa incompreensão e desconstrução decorrentes trouxe graves consequências no futuro. Olha só o paradoxo da história. Em termos de cultura digital, o Brasil foi vanguarda planetária na primeira década do século. Quando eu cheguei lá no Ministério, houve um ótimo entrosamento com o núcleo de cultura digital do Ministério, no qual o Cláudio Prado tinha um relevante papel; tão logo lançamos o edital para Pontos de Cultura, já apresentávamos a proposta de que cada Ponto contaria com um estúdio multimídia, todos recebiam dois computadores, câmeras de vídeo, equipamento de gravação musical. Por princípio, e também por não termos recursos para pagamento de softwares de edição audiovisual, todos os softwares eram livres. Àquela época (2004) não havia software livre para edição de áudio e vídeo, eram todos proprietários com licença patenteada, e o software livre para esses usos ainda era incipiente, não no Brasil, mas no mundo. O governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, foi vanguarda mundial no impulsionamento ao software livre. Estávamos na linha de frente, o custo do software proprietário seria elevado e nem tínhamos orçamento para enviar os estúdios multimídia com esses softwares instalados. Também não podíamos piratear, mas independente disso, havia uma decisão política pelo software em código aberto. Então, desencadeamos uma articulação em redes de colaboração, em que hackers e programadores, do mundo todo, percebendo que algo diferente se passava no Brasil, anonimamente, de forma voluntária, contribuíram para o desenvolvimento desses softwares. Hoje, se o mundo tem software livre de edição de áudio e de vídeo foi graças à Cultura Viva, via pessoas anônimas, comprometidas com as ideias do trabalho compartilhado e em rede, o código aberto desmercantilizando o uso da tecnologia, em suma, com generosidade intelectual. Além disso, realizamos 82 encontros de conhecimentos livres e meta reciclagem em todo país, de norte a sul, em favelas, quilombos e aldeias indígenas; unimos culturas tradicionais com o que há de mais avançado em tecnologia da informação. Com isso foi possível oferecer meios

para que as comunidades, via Pontos de Cultura, pudessem construir sua narrativa pela própria voz. Ao invés do YouTube, à época incipiente, estávamos desenvolvendo uma plataforma própria para o audiovisual; imaginem se tivesse havido continuidade. Era política do Cultura Viva, está escrito em nossos documentos oficiais, o incentivo a que os Pontos de cultura tivessem seus blogs e sites, distribuíssem seu material audiovisual, suas músicas, imagens e registros.

Por que eu estou falando disso? Notem que, via um governo de esquerda, de caráter popular e democrático, fomentávamos redes próprias de construção narrativa desde abaixo, pelas comunidades, verdade, beleza e bondades advindas do real, dos fluxos de vida, isso em escala. Em 2011, toda essa riqueza é interrompida abruptamente, e por um governo que deveria ter sido de continuidade. Percebem o paradoxo? Concomitante a essa desconstrução, os movimentos de extrema direita, percebendo a importância estratégica da necessidade de ocuparem meios de construção narrativa, foram tomando conta desses espaços nas redes. Quando acontecem os protestos de 2013, o ambiente era inverso e quem se apropriou desses meios foi a direita. Eu considero esse um aspecto muito importante a ser analisado e, ao menos pelo que conheço, ainda não houve um estudo de fôlego a compreender essa “guerra de posições” em que, por iniciativa de um governo progressista, abriu-se mão de (e até combateu-se) toda uma rede de narrativas comunitárias. Ao meu ver, muito da derrota narrativa ocorrida no país a partir de 2013/15, que resultou no golpe parlamentar-midiático-militar-empresarial de 2016, foi resultado desse erro estratégico.

Houve muita perseguição a Pontos de cultura na quase totalidade das vezes por equívocos burocráticos na prestação de contas, com erros absolutamente sanáveis, pois não eram de má-fé, tanto que praticamente não há denúncia de corrupção em torno do Programa, e que foi o maior programa de transferência de recursos para a base da cultura na história do Brasil. As gestoras que assumiram o MinC a partir de 2011 elogiavam o Programa no discurso e o atacavam pelas escrivatinhas e escaninhos da burocracia, com inconsistentes argumentos tecnicistas. Foi o que

aconteceu e foi uma fase terrível. Como eu era visto como a principal referência na formulação e implantação do Programa, todo esse ódio contra a emergência dos Pontos de cultura também foi carregado contra mim. Acompanhei diversas situações de perseguição burocrática e até criminalização de Pontos de Cultura, a maioria delas, surreais. Outro dia, isso há uns dois anos atrás, em 2019, quando eu já havia saído do Ministério há quase dez anos. Um pobre de um Ponto de Cultura, na fronteira com o Paraguai, no Paraná, que fazia um trabalho bem simples, mas com muito afeto e empenho: teatro, dança e recreação para as crianças no entorno do Rio Paraná; eles, inclusive, atravessavam o rio e apresentavam no Paraguai, nas ilhas. Conto a história porque a conheci em detalhes e para exemplificar o absurdo. Por alguma razão, eles decidiram comprar 1.700 reais em balas e guloseimas para dar para as crianças nas ilhas, após as apresentações. De fato, essa despesa não estava prevista no plano de trabalho aprovado. O fato é que em 2011 o setor de prestação de contas do MinC pega essa despesa e cria uma confusão tão grande que, em 2018, eles teriam que devolver 300 mil reais para o governo, sendo que a totalidade de repasse governamental ao Ponto de Cultura foi de R\$ 150 mil e sendo que havia o atestado de cumprimento do objeto do plano de trabalho por parte de técnico responsável na Secretaria da Cidadania Cultural. Notem, eles tinham realizado todas as atividades culturais que haviam se comprometido, montagem de espetáculos, atividades, cursos, tudo sem custo para a população local. Cheguei a ler uma carta deles no processo, creio em 2012/13, pela leitura é possível perceber que era um grupo de artistas bem humilde. Esse Ponto eu não cheguei a conhecer diretamente (durante minha gestão, em seis anos visitei 600 Pontos de Cultura, mas não esse), mas o processo chegou a mim porque fui eu que assinei o convênio, isso em 2005, algo assim. Mesmo com o fato acontecido há tanto tempo o problema também caía nas minhas costas, como em outros casos. Por causa disso escrevi minha defesa, e já está bem explicado e resolvido, ao menos o assunto não voltou ao meu conhecimento. Mas notem o absurdo, por dez anos na vida de teatro, que um dia resolveu apresentar uma proposta para se tornar Ponto de Cultura, um projeto bonito, generoso, que eles

pretendiam proporcionar às crianças ribeirinhas no rio Paraná, que foi bem executado, resultou na inadimplência do grupo. Por toda a década passada eles ficaram impossibilitados de firmar novos convênios, de captarem recursos, e tudo porque algum dia alguém do grupo teve a ideia generosa de distribuir balas e guloseimas para crianças pobres que, provavelmente pela primeira vez na vida estavam a assistir a um espetáculo de teatro. Na carta eles até pediam instruções para reembolsar a União no valor equivalente à compra das balas que eles deram para as crianças. Mas a burocracia do MinC e a insensibilidade dos gestores, foi implacável. Dou esse exemplo para ilustrar, mas essa situação ocorreu com centenas de organizações comunitárias. Quando ocorre a virada narrativa e as manipulações da pós-verdade, por parte da direita, no momento em que era necessário contar com o apoio dessa base social, ela não veio, pois foi o próprio governo que os colocou fora de combate.

Juan Brizuela

Eu tinha feito uma leitura inicial, talvez um pouco superficial, em relação a como os partidos políticos ou agrupações como La C mpora, ou outras de diferentes países, tinham se apropriado (ou não) da política dos Pontos de cultura e como era utilizada, no sentido de aparelhamento ou mesmo no intuito positivo, que realmente acreditaram e defenderam ativamente pelo próprio partido e tal. Mas, a princípio, isso não parece ser uma constante. Ou seja, não necessariamente os partidos – ou as agrupac es– se apropriam até o ponto de defender essa “paternidade”. Inicialmente, eu pensei que nesses anos de 2011, 2012, um pouco pela Jandira Feghali assumir um protagonismo maior com a questão da lei da Cultura Viva, imaginei que tinha essa continuidade pelo partido, como se o PCdoB assumisse a política dos Pontos de cultura como uma a o do partido e aí seria uma disputa mais partidária entre PT e PCdoB. Mas acredito seja uma leitura equivocada, não  ?

Célio Turino

Eu acho que sim. Com a deputada Jandira Feghali, até hoje, a minha rela o   melhor do mundo, com outros parlamentares

de esquerda também. Recentemente estivemos juntos na formulação e mobilização pela Lei Aldir Blanc, Jandira compreendeu muito bem a Cultura Viva, absorveu os conceitos e levou adiante, inclusive como autora da lei Cultura Viva, aprovada em 2014. Mas o PCdoB, enquanto estrutura, eu diria que não. Claro, como eu era filiado ao PCdoB – me desfiliei em 2011, mas na implantação toda eu estava filiado ao PCdoB. Entrei em 1994 e antes disso, também militei no partido na clandestinidade, durante o enfrentamento à ditadura militar, de 1978 a 1984, depois fui para o PT. Havia essa referência do Partido com o programa: a base da cultura compreendia a proposta e a abraçou, a estrutura partidária não chegou a discutir ou se apropriar dos conceitos e teoria. Porém, o fato de eu estar filiado a um partido que não o PT criava uma certa tensão com este, até porque o Cultura Viva era o maior programa de cultura do governo, a maior vitrine, e não era o PT que estava à frente. De certa forma, sofri algum desgaste por causa disso, pequenas desconstruções internas, que se agravaram quando eu já não estava mais no governo. Houve vários Pontos de cultura dirigidos por comunistas atuando na base, mas nunca houve margem para ter um uso aparelhista, dirigiam Pontos de cultura porque os projetos eram bons e de caráter comunitário, jamais por conta da filiação, da mesma forma que muitos eram dirigidos por pessoas do PT e mesmo de outros partidos, mas asseguro que a maioria dos Pontos de Cultura, milhares desses, eram geridos por pessoas sem filiação ou vínculo partidário, isso posso assegurar.

Vale destacar que em 2011, qualquer força política que olhasse os programas e orçamento do MinC, veria a Secretaria de Programas e Projetos como um espaço muito cobiçado. Quando saí, em 2010, deixei um orçamento de 210 milhões de reais, sendo que em 2009 a execução foi de aproximadamente R\$ 120 milhões e seis anos antes, quando cheguei, o orçamento da secretaria era de apenas R\$ 5 milhões e cinco servidores. Quem via de fora percebia que a Secretaria operava um grande volume de recursos, uma ampla base social, com um programa em pleno reconhecimento, alcançando 1.100 municípios. Porém, como os princípios da Cultura Viva já haviam sido assimilados pelos Pontos de Cultura, principalmente aqueles que entraram na rede logo nos primeiros

anos via convênios diretos com o governo federal (e não via estados e municípios), todos estavam muito zelosos de sua autonomia, protagonismo e empoderamento. Também, pelo fato de ser um programa com repasse plurianual em convênios trienais - a maior parte do recurso já estava comprometida, havendo pouco espaço para novos direcionamentos a outros projetos. Creio que isso gerou uma certa frustração nas gestoras que me sucederam. E aí, nova fonte de tensão, porque era necessário desconstruir o que havia sido construído. Se alguém um dia for puxar o quadro de investimento na Cultura Viva, vai perceber que ele partiu de 2,5 milhões de reais em 2004, deu um salto para R\$ 67 milhões no ano seguinte (e via negociações diretas que fui autorizado a realizar com a Câmara dos Deputados, via uma emenda de 55 milhões, mais 12 milhões já previstos pelo MinC para o orçamento de 2005), e o executamos, em um feito raríssimo em termos de gestão pública, pois normalmente esses recursos via emenda de comissão na Câmara dos Deputados são pouco executados. Como eu havia prevista convênios trienais, a cada comprometimento orçamentário, eu já conseguia consolidar recursos para os anos seguintes. O Ministério do Planejamento não podia dar menos do que já tinha comprometido em pagamentos futuros, assim, o programa foi crescendo, primeiro em progressão geométrica, depois em crescimentos bastante consistentes, até alcançar a execução de 110 milhões de reais em 2009. A partir de 2011 foi uma regressão abissal, a ponto de a execução em 2015 não ter passado de 5 milhões, digo esse valor de cabeça, mas não deve ter sido além disso, nos anos anteriores também não foi muito além, como em um V ao contrário. Se colocar em um gráfico, dá para ver claramente. No discurso as gestoras falavam bem da Cultura Viva, mas, na prática, foi o que aconteceu, de modo que, a partir de 2011, não houve prioridade nem partidária, nem governamental, muito menos entendimento e dimensão do que estavam tentando destruir. Mas como a teoria e os conceitos são muito fortes e foram bem compreendidos na base, tal processo de desmonte não foi efetivado em sua totalidade, tanto que atualmente há mais de 4.000 organizações culturais de base comunitária que se autodeclaram Ponto de Cultura mesmo sem receberem nenhum recurso do Estado.

Juan Brizuela

Chegando à consolidação da Cultura Viva Comunitária na América Latina, como a gente estava sinalizando deste Congresso na Bolívia em 2013. Teve um episódio anterior, de 2012, que foi a caravana “de Copacabana para Copacabana”. Você sinaliza no seu último livro dos Pontos de cultura na América Latina, que você esteve antes na Bolívia, antes dessa caravana. Foi com o Ivan Nogales, você fala de um circuito pequeno La Paz, Sucre e Cochabamba. Como foi que você chega na Bolívia?

Célio Turino

Bom, primeiro era Cultura Viva. Quando vira movimento latino-americano, assume-se como Cultura Viva Comunitária. Mas foi por essas redes subterrâneas mesmo. Um agente cultural nas comunidades foi puxando outro... Assim mesmo, um a um, foi isso. Comecei com o Balán, com a Inês Sanguinetti, na Argentina, ele – via CTA (central sindical argentina, independente e mais à esquerda), e a Inês – pela rede Arte e Transformação Social. Essas conexões foram se fazendo pela base, incluindo diferentes países e assim foi acontecendo. Houve um ano que eu fiquei, na soma, mais de seis meses fora do Brasil, em viagens para a difusão da Cultura Viva em diferentes países. Um ia sabendo, ia contando pro outro: “oh, existe lá no Brasil um cara que bolou esse negócio”, “tá, vamos chamar”, e alguém me chamava. Às vezes eu recebia algum honorário pelo trabalho, às vezes não recebia, ia voluntariamente, pela passagem e hospedagem na casa de alguém. Foi uma militância não partidária, pela cultura em sentido amplo. O Ivan Nogales, do Teatro TRONO na Bolívia, por exemplo, ele soube dos Pontos de cultura no Brasil, alguém deve ter-lhe passado meu email, ele me escreveu, fazendo convite para que eu fosse à Bolívia. Conversamos por correio eletrônico, falei do meu livro, “Ponto de Cultura, o Brasil de baixo para cima”, que ele havia lido (já tinha sido lançado em espanhol, na Colômbia, acho que alguém deu pra ele). Ele se interessou em lançar o livro na Bolívia e conseguiu patrocínio do Banco Central da Bolívia. Foi bom até porque minha viagem aconteceu com mais estrutura, pude ir às principais cidades do país, houve o lançamento do livro no Espaço

Cultural do Banco Central, a vice-presidência, via o García Linera, deu todo apoio logístico. Foi quase uma turnê, digamos assim, quase como artista, acompanhado pelo consulado brasileiro em todas as cidades. Fui como uma autoridade, mesmo não sendo de governo, fiquei uns 15 dias percorrendo o país.

Nessa viagem, conversando com Ivan, pois seguíamos o tempo todo juntos, idealizamos a Caravana Cultura Viva por la Paz. O Ivan já tinha a ideia, que era ir até a Rio+20, também contava com um pequeno ônibus para essa viagem épica. Voltei ao Brasil e articulei apoios e acolhidas em Pontos de cultura do percurso. Depois voltei à Bolívia para a saída da caravana, de Copacabana no lago Titicaca para Copacabana no Brasil. Foge um pouco da memória, mas organizamos essa viagem em pouco tempo, creio que não muito além de um mês da minha primeira viagem. No ônibus saído dos Andes, ativistas culturais de diversos países da América do Sul, também da Europa, o Jorge Blandón de Medellín, também estava presente, acompanhamos a caravana do altiplano, no lago Titicaca, passando por El Alto e La Paz, até Mururrata, já em transição com a floresta. Depois fui encontrá-los em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. No total, uns 10 Pontos de cultura os receberam, assegurando hospedagem, alimentação e recursos para o percurso seguinte. O micro-ônibus não era muito confortável, creio que com capacidade para 20 pessoas, foi realmente uma viagem épica e que precisa ter um lugar nessa trajetória de construção da ideia da Cultura Viva a unir comunidades na América Latina. Chegando à Rio+20, eles foram uma importante atração e em torno da Caravana organizamos vários encontros e também a proposta para a realização do I Congresso Latino-americano da Cultura Viva Comunitária. Também decidimos realizar o Congresso em La Paz – tem um vídeo com o Ivan, já falecido, indagando “por que a Bolívia?” que é possível encontrar no YouTube. Inclusive, a Bolívia não seria o país sede mais natural. O Brasil teria muito mais estrutura, mais pessoas envolvidas na produção, aparentemente, mais apoio governamental e havia o interesse em realizar o Congresso no Brasil. Foi quando eu disse “não, vamos para a Bolívia”. Foi a melhor coisa que fiz, não me arrependo de ter feito isso, e à época eu já sentia todas as desconstruções que

estavam acontecendo, ainda não tão pesadas, mas fortes o suficiente para perceber que não daria certo. Os demais concordaram, Ivan, valentemente, assumiu a missão e assim foi feito. Nesse processo também formamos uma amizade muito grande. Ivan era filho de um guerrilheiro que morreu lá em Teoponte, em uma das guerrilhas que houve nos anos setenta na Bolívia. Teve uma vida dedicada ao seu povo, teatrólogo muito criativo, também sociólogo. Morando em El Alto, a maior cidade indígena do mundo, realizou trabalhos de grande relevo. Tenho a honra de haver prefaciado um livro dele, em edição na Bolívia, *La descolonización del cuerpo – arte que se hace abrazo*.

Na verdade, todo o movimento Cultura Viva está relacionado com pessoas com formação à esquerda, mas não propriamente em vida partidária. Pega lá o pessoal que puxou na Colômbia, o Jorge Blandón foi da juventude comunista, antes foi seminarista, hoje um ativista social da arte, do comunitário, do bem viver. Em El Salvador também, Julio Monge, do *Tiempos Nuevos Teatro*, é basco de origem e foi para El Salvador nos anos 1980, com objetivo de desenvolver trabalhos de educação popular junto à guerrilha. Casou-se com uma guerrilheira e lá ficou. São pessoas de esquerda, mas que hoje tem muita crítica à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) (críticas à esquerda). Lembro de o quanto ficaram desgostosos quando a FMLN escolheu um jovem para prefeito de El Salvador, claramente um populista digital, hoje presidente do país e que se revela um autocrata, com posições próximas às do Bolsonaro. Em todos os países é assim, me refiro aos impulsores em cada país. No México, o Alberto Ruz, um caravaneiro que saiu pelo mundo em defesa dos direitos de Madre Tierra, que inicia a militância à época do massacre de estudantes na praça de Tlatelolco, na cidade do México, em 1968. No Chile, eu acompanhei todo o processo das revoltas populares antineoliberais, até aquela coreografia “*El violador eres tú*”, das mulheres, foi montada por gente da Cultura Viva local. Houve uma jovem que foi morta nas manifestações, uma bailarina, que era também do movimento. Diria que a linha de frente da Cultura Viva, nos diversos países, é de esquerda não partidária, ativistas do Bem Viver, do Comunitário, ecologistas, lideranças em culturas tradicionais,

feministas, antirracistas, anticapitalistas, mas sem um padrão partidário. Alexandre, imagino que você estava pensando de uma outra forma.

Alexandre Barbalho

Isso é um dado muito interessante. Muda o padrão, porque a gente pensa, certamente, nessa participação dos partidos. Não necessariamente o partido aparelhando, mas de pessoas com formação partidária atuando nesses processos. Isso mostra uma mudança da esquerda latino-americana, pelo menos uma parte significativa dela. E mostra como a outra parte está um pouco fossilizada.

Célio Turino

É uma forma de militância não partidária, descentralizada, com as suas idiossincrasias. Se vocês quiserem aprofundar nisso e conversar com outras pessoas do movimento da Cultura Viva na América Latina, puxa o fio e é isso aí.

Juan Brizuela

A última questão é um pouco mais geral. A partir da sua experiência, da sua vivência também de outros países latino-americanos, é possível pensar a gestão, a execução dessa política da Cultura Viva separada do movimento? Você acha que uma coisa se relaciona com a outra?

Célio Turino

É uma boa pergunta. Eu diria que não dá para pensar separado. Se não, a ideia da Cultura Viva se reduz a uma simples transferência de recursos para organizações culturais nas comunidades, e a Cultura Viva via muito além disso. Aqui na cidade de São Paulo, mesmo sob o governo do PT, foi o que aconteceu, virou repasse para entidades culturais nas comunidades, mas sem a dimensão das outras ações e, sobretudo, do fortalecimento da ação em rede, sem o componente do encantamento, do maravilhamento que se dá pelo movimento. Por isso, as várias ações de ativação são necessárias, como agulhas na acupuntura. Teias e encontros, para

mim são muito mais importantes que o conveniamento em si. O repasse de recursos, apenas o repasse, não é nada de novo. Isso se faz com creches e vários outros serviços públicos. Uma entidade comunitária que recebe uma verba e cada vez menor (porque o dinheiro continua o mesmo valor de quando eu fiz o primeiro cálculo, em 2004 – 60 mil reais por ano), ao meu ver é um amesquinamento da proposta. Em meu livro mais recente, *Por todos os caminhos: Pontos de cultura na América Latina*, procurei dar conta dessas questões, tanto do ponto de vista teórico, como narrando experiências práticas em 11 diferentes países.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2019.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura**: o Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita, 2009.

TURINO, Célio. **Por todos os caminhos**: Pontos de cultura na América Latina. São Paulo: SESC, 2020.